



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Casa Civil

DECRETO Nº 8.269, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.
- Revogado pelo Decreto nº 8.580, de 24-02-2016, art. 2º.

~~Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e dá outras providências.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o art. 10 da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e o que consta do Processo nº 201400017000219,~~

~~D E C R E T A:~~

~~Art. 1º Fica aprovado o anexo Regulamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.~~

~~Art. 2º O art. 5º do Decreto nº 6.999, de 17 de dezembro de 2009, que revogou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos—CEDHI—, passa a vigorar com a seguinte redação:~~
~~- Revogado pelo Decreto nº 8.449, de 11-09-2015, art. 3º .~~

~~“Art. 5º O Secretário Executivo do CERHI será o Superintendente Executivo da SEMARH, que coordenará as atividades técnicas e operacionais do Conselho.” (NR)~~

~~Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 5.858, de 11 de novembro de 2003, e o Regulamento por ele aprovado.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 07 de novembro de 2014, 126.º da República.~~

~~MARGONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR~~

~~(D.O. de 13-11-2014)~~

**REGULAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**TÍTULO I
DA COMPETÊNCIA**

~~Art. 1º Compete à Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos:~~

~~I— formular e executar a política estadual de meio ambiente, educação ambiental, proteção dos ecossistemas, da flora e da fauna e o exercício do poder de polícia sobre as atividades que causem impacto ambiental;~~

~~II— formular, coordenar e executar a política estadual de recursos hídricos, conforme a Lei nº 13.123, de 16 de julho de 1997, e em consonância com a política nacional de recursos hídricos;~~

~~III— formular as políticas estaduais de biodiversidade e florestas;~~

~~IV— participar da elaboração do zoneamento ecológico-econômico do Estado;~~

~~V— promover o Sistema de Prevenção e Controle de Poluição Ambiental previsto no art. 131 da Constituição Estadual;~~

~~VI— coordenar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), previsto na Lei nº 14.247, de 29 de julho de 2002;~~

~~VII— atuar junto aos diversos órgãos e entidades estaduais, distritais, nacionais e internacionais voltados para o uso e a preservação e recuperação do meio ambiente e dos recursos hídricos;~~

~~VIII— criar, implantar e gerir as Unidades de Conservação estaduais;~~

~~IX— articular a participação dos demais órgãos e entidades do Estado de Goiás nas políticas estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos;~~

~~X— planejar, propor e coordenar a gestão ambiental no Estado, objetivando a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável como norteadores da política socioeconômica e cultural do Estado;~~

~~XI— promover atividades relacionadas com a área de meio ambiente de competência do Estado, previstas nos arts. 127 a 132 da Constituição Estadual;~~

~~XII— promover e supervisionar a aplicação da legislação e das normas específicas de meio ambiente e dos recursos~~

hídricos;

~~XIII — estabelecer programas especiais para a viabilização de recursos destinados à implantação de Unidades de Conservação específicas que tenham por objetivo garantir a proteção da fauna silvestre e a realização de pesquisas científicas;~~

~~XIV — promover, periodicamente, a divulgação da lista das espécies da fauna silvestre goiana ameaçadas de extinção;~~

~~XV — indicar, excepcionalmente, a captura ou a coleta de exemplares da fauna silvestre goiana, para pesquisa ou utilização como matrizes nos criadouros de animais silvestres que possuam projeto conservacionista, mesmo que tenham finalidade comercial;~~

~~XVI — promover a autorização e o licenciamento quanto à localização, instalação, ampliação, modificação e ao funcionamento de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais e/ou hídricos;~~

~~XVII — elaborar e executar projetos de inovação para o fortalecimento, a ampliação e a consolidação da política ambiental goiana de acordo com as novas demandas, no horizonte das políticas e dos cenários ambientais globais, nacionais e estaduais, e promover a captação de recursos financeiros para tais projetos;~~

~~XVIII — realizar outras atividades correlatas.~~

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA E COMPLEMENTAR

~~Art. 2º As unidades administrativas que constituem a estrutura básica e complementar da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos são as seguintes:~~

~~I — Gabinete do Secretário;~~

~~a) Conselho Estadual do Meio Ambiente;~~

~~b) Conselho Estadual dos Recursos Hídricos;~~

~~c) Gerência da Secretária Geral;~~

~~d) Gerência de Correções e Disciplina;~~

~~II — Superintendência Executiva;~~

~~III — Chefia de Gabinete;~~

~~IV — Advocacia Setorial;~~

~~V — Comunicação Setorial;~~

~~VI — Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças:~~

~~a) Gerência de Apoio Logístico, Operacional e de Suprimentos;~~

~~b) Gerência de Execução Orçamentária e Financeira;~~

~~c) Gerência de Gestão de Pessoas;~~

~~d) Gerência de Planejamento e Tecnologia da Informação;~~

~~e) Gerência de Licitações, Contratos e Convênios;~~

~~f) Gerência de Cobrança de Multas e Taxas;~~

~~VII — Superintendência de Recursos Hídricos:~~

~~a) Gerência de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos;~~

~~b) Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos;~~

~~c) Gerência de Outorga;~~

~~VIII — Superintendência de Gestão e Proteção Ambiental:~~

~~a) Gerência de Fauna e Recursos Pesqueiros;~~

~~b) Gerência de Flora;~~

~~c) Gerência de Descentralização;~~

~~d) Gerência de Educação Ambiental;~~

~~e) Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão Ambiental;~~

~~IX — Superintendência de Licença Ambiental:~~

~~a) Gerência de Licenciamento de Atividades Potencialmente Poluidoras;~~

~~b) Gerência de Licenciamento de Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais;~~

~~e) Gerência de Licenciamento de Empreendimentos de Significativo Impacto;~~

~~d) Gerência de Renovação de Licença;~~

~~X — Superintendência de Unidades de Conservação:~~

~~a) Gerência de Áreas Protegidas;~~

~~b) Gerência de Compensação Ambiental;~~

~~XI — Superintendência de Qualidade Ambiental:~~

~~a) — Gerência de Fiscalização;~~

~~b) — Gerência de Monitoramento Ambiental;~~

~~e) — Gerência de Auditoria Ambiental.~~

TÍTULO III

DO CAMPO FUNCIONAL DAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

CAPÍTULO I

DA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

~~Art. 3º Compete à Superintendência Executiva exercer as funções de organização, supervisão técnica e controle das atividades da Pasta:~~

CAPÍTULO II

DA CHEFIA DE GABINETE

~~Art. 4º Compete à Chefia de Gabinete:~~

~~I — assistir o Secretário no desempenho de suas atribuições e seus compromissos oficiais;~~

~~II — emitir parecer nos assuntos que lhe forem atribuídos pelo Secretário;~~

~~III — coordenar a agenda do Secretário;~~

~~IV — promover e articular os contatos sociais e políticos do Secretário;~~

~~V — atender as pessoas que procuram o Gabinete do Secretário, orientá-las e prestar-lhes as informações necessárias, encaminhando-as, quando for o caso, ao Titular;~~

~~VI — realizar outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO III

DA ADVOCACIA SETORIAL

~~Art. 5º Compete à Advocacia Setorial:~~

~~I — atuar na representação judicial e consultoria jurídica do Estado em matéria de interesse da SEMARH;~~

~~II — auxiliar na elaboração de editais de licitação e de concurso público;~~

~~III — elaborar parecer jurídico prévio em processos licitatórios;~~

~~IV — proceder à análise e emissão de parecer jurídico relativo aos atos de outorga de contratos e convênios;~~

~~V — elaborar informações e contestações em mandados de segurança, cuja autoridade coatora seja agente público em atuação na respectiva Pasta, bem como orientar o cumprimento das decisões liminares proferidas nessas ações e interpor as medidas cabíveis para a impugnação delas;~~

~~VI — orientar o cumprimento de decisões judiciais cautelares ou antecipatórias de tutela, quando, intimadas pessoalmente, o agente público encarregado de fazê-lo seja integrante da estrutura da SEMARH;~~

~~VII — encaminhar informações e documentos necessários à atuação da Procuradoria Geral em outras ações nas quais o Estado seja parte ao Procurador do Estado ou à Especializada que os tiver solicitado;~~

~~VIII — adotar, em coordenação com as Procuradorias de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente, Judicial, Tributária e Trabalhista, as medidas necessárias para a otimização da representação judicial do estado, em assuntos de interesse da respectiva Pasta;~~

~~IX — realizar outras atividades correlatas.~~

~~§ 1º Os pareceres elaborados pela Chefia da Advocacia Setorial deverão ser submetidos à apreciação do Procurador Geral do Estado, que poderá, respeitadas as prescrições da Lei Complementar nº 58, de 4 de julho de 2006, e tendo em conta o bom andamento do serviço e complexidade da matéria, delegar pontualmente à Advocacia Setorial a atribuição de firmar a orientação jurídica a ser prestada, em determinados casos.~~

~~§ 2º A discriminação, em razão da matéria, da natureza do processo e do volume do serviço, de outros feitos judiciais em relação aos quais a representação do Estado fica a cargo da Chefia da Advocacia Setorial, poderá ser estabelecida em ato do Procurador-Geral do Estado;~~

~~§ 3º A Advocacia Setorial deve observar normas complementares ao Decreto nº 7.256, de 17 de março de 2011, que sejam editadas pelo Procurador-Geral do Estado, sobretudo as necessárias para evitar superposição ou omissão na atuação das Advocacias Setoriais;~~

CAPÍTULO IV **DA COMUNICAÇÃO SETORIAL**

~~Art. 6º Compete à Comunicação Setorial:~~

- ~~I — assistir o titular da Pasta no relacionamento com os órgãos de comunicação;~~
- ~~II — prover e manter canais de comunicação interna dinâmicos e efetivos;~~
- ~~III — promover a interação e articulação interna, propiciando uma comunicação eficiente e eficaz entre as diversas unidades da Secretaria;~~
- ~~IV — articular as atividades de comunicação da Secretaria com as diretrizes de comunicação do Governo do Estado;~~
- ~~V — prover e manter canais de comunicação com a mídia e a sociedade;~~
- ~~VI — administrar os canais de comunicação com a sociedade;~~
- ~~VII — acompanhar a posição da mídia com respeito ao campo de atuação da Secretaria, preparando "releases", "clippings" e cartas à imprensa;~~
- ~~VIII — elaborar material informativo, reportagens e artigos para divulgação interna e externa;~~
- ~~IX — elaborar, produzir e padronizar material visual de suporte às atividades internas e externas da Secretaria, obedecidas as diretrizes do Governo do Estado;~~
- ~~X — administrar o site (internet) da Secretaria colocando à disposição da sociedade informações atualizadas pertinentes ao campo funcional e à atuação da Pasta, dentro de padrões de qualidade, confiabilidade, segurança e integridade;~~
- ~~XI — realizar outras atividades correlatas;~~

CAPÍTULO V **DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

~~Art. 7º Compete à Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças:~~

- ~~I — coordenar as atividades de gestão de pessoas, do patrimônio, a execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, os serviços administrativos e o planejamento;~~
- ~~II — coordenar as atividades do Vapt Vupt Ambiental, conforme o padrão estabelecido pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento;~~
- ~~III — garantir os recursos materiais e serviços necessários ao perfeito funcionamento do Órgão;~~
- ~~IV — coordenar a formulação dos planos estratégicos e do Plano Plurianual (PPA), como também a proposta orçamentária, o acompanhamento e a avaliação dos resultados do Órgão;~~
- ~~V — promover e garantir a atualização permanente dos sistemas e relatórios de informações governamentais, em consonância com as diretrizes dos órgãos de orientação e controle;~~
- ~~VI — coordenar o processo de modernização institucional e melhoria contínua das atividades do Órgão;~~
- ~~VII — coordenar e controlar as atividades relativas a frota de veículos terrestres da Secretaria;~~
- ~~VIII — coordenar a execução da política de gestão de pessoas do Órgão;~~
- ~~IX — coordenar e implementar os processos licitatórios e a gestão dos contratos, convênios e demais ajustes firmados pelo Órgão;~~
- ~~X — supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão;~~
- ~~XI — coordenar e controlar a execução das atividades relativas a cobrança de multas e taxas;~~
- ~~XII — acompanhar, analisar e avaliar a evolução da receita tributária auferida pela SEMARH;~~
- ~~XIII — coordenar e controlar as atividades relativas a Tecnologia da Informação, no âmbito da SEMARH;~~
- ~~XIV — acompanhar os resultados financeiros do fundo ligado à Pasta;~~
- ~~XV — realizar outras atividades correlatas;~~

CAPÍTULO VI

DA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 8º Compete à Superintendência de Recursos Hídricos:-

- ~~I — coordenar, implementar, executar e avaliar os instrumentos de gestão, conforme as políticas nacional e estadual de recursos hídricos;~~
- ~~II — instalar, coordenar e manter o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme a Lei n.º 13.123, de 16 de julho de 1997;~~
- ~~III — implementar e manter o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos, responsável pela coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão;~~
- ~~IV — coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, previsto no art. 140 da Constituição do Estado de Goiás;~~
- ~~V — buscar e promover a interação com outros órgãos do governo, instituições da sociedade civil e usuários, de forma a integrá-los nas ações de recuperação e gestão dos recursos hídricos no Estado de Goiás;~~
- ~~VI — participar da formulação e execução dos programas, projetos e ações do Governo Estadual que contribuam para a preservação e recuperação dos recursos naturais em bacias hidrográficas;~~
- ~~VII — coordenar, supervisionar, executar e controlar estudos, projetos e programas relativos ao planejamento e gerenciamento do uso de recursos hídricos, em parceria com órgãos públicos e privados;~~
- ~~VIII — promover a criação e apoiar o funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas em rios sob domínio do Estado;-~~
- ~~IX — assegurar, por meio da outorga de direito de uso dos recursos hídricos, o controle quantitativo e qualitativo dos usos e o efetivo exercício do direito de acesso à água, respeitando os casos de competência da União e as diretrizes dos Planos de Recursos Hídricos, visando ao uso múltiplo, racional e integrado;~~
- ~~X — promover realização de vistorias e levantamento, análise e processamento de dados hidrológicos necessários ao planejamento e à gestão dos recursos hídricos;~~
- ~~XI — exercer o poder de polícia administrativa no cumprimento da legislação relativa à utilização das águas de domínio estadual e aplicar as respectivas sanções;~~
- ~~XII — coordenar ações para a criação e implementação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos de Goiás — FERHGO;-~~
- ~~XIII — apoiar o desenvolvimento de tecnologias e a capacitação de recursos humanos, para o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos, com vistas ao seu uso racional, proteção e conservação;~~
- ~~XIV — desenvolver campanhas de comunicação social e de educação ambiental voltadas ao aproveitamento sustentável, à proteção, conservação e ao uso racional da água, em articulação com outros organismos;~~
- ~~XV — desenvolver, direta ou conjuntamente com instituições, pesquisas, estudos, sistemas, normas, padrões, monitoramentos para aperfeiçoamento e inovação da política e legislação de recursos hídricos do Estado;~~
- ~~XVI — fiscalizar os usos de recursos hídricos estaduais;~~
- ~~XVII — realizar outras atividades correlatas-~~

CAPÍTULO VII

DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 9º Compete à Superintendência de Gestão e Proteção Ambiental:-

- ~~I — propor, implementar e avaliar a política ambiental do Estado de Goiás;~~
- ~~II — propor, coordenar, implementar e avaliar a política de biodiversidade e florestas do Estado de Goiás;~~
- ~~III — propor, coordenar, implementar e avaliar a política de fauna, bem como as atividades relacionadas a recursos pesqueiros no Estado de Goiás;~~
- ~~IV — propor, promover e avaliar a política de educação ambiental no Estado de Goiás;~~
- ~~V — orientar e fomentar ações de instituições públicas, organizações não governamentais, sociedades civis organizadas e produtores rurais, em assuntos relativos ao uso e à proteção dos recursos ambientais;~~
- ~~VI — desenvolver produção industrial mais limpa;~~
- ~~VII — desenvolver programas e projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável no Estado;-~~
- ~~VIII — estimular estudos e pesquisas de tecnologias voltados a atividades econômicas ecologicamente sustentáveis;~~
- ~~IX — planejar, coordenar e supervisionar as atividades técnicas do Cadastro Ambiental Rural — CAR, do Plano de Regularização Ambiental — PRA e das Cotas de Reserva Ambiental — CRA;~~
- ~~X — apoiar os municípios na implantação e no desenvolvimento de sistemas de gestão destinados a prevenir e corrigir a poluição ou a degradação ambiental;~~

~~XI — desenvolver direta ou conjuntamente com instituições, pesquisas, estudos, sistemas, normas, padrões, monitoramentos para aperfeiçoamento e inovação da política e da legislação ambiental do Estado;~~

~~XII — desenvolver atividades informativas e educativas próprias, ou em parceria com outras instituições, visando à compreensão por parte da sociedade de problemas ambientais relacionados a poluição ou degradação ambiental;~~

~~XIII — promover e implantar programas de pesquisa técnico-científicas, relacionados à missão da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, por meio de intercâmbios com instituições de ensino técnico-científicas nacionais e internacionais;~~

~~XIV — acompanhar com os demais órgãos envolvidos a elaboração, coordenação e supervisão do zoneamento ecológico-econômico do Estado, em articulação com instituições federais, estaduais e municipais;~~

~~XV — coordenar e supervisionar a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Goiás;~~

~~XVI — divulgar, periodicamente, a lista das espécies da fauna silvestre goiana ameaçada de extinção;~~

~~XVII — realizar outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO VIII **DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL**

Art. 10. Compete à Superintendência de Licença Ambiental:

~~I — promover a execução dos procedimentos administrativos do licenciamento ambiental, de empreendimentos e/ou atividades utilizadores de recursos naturais e considerados efetivos ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, conforme previsto nas legislações estadual e federal, nas suas diversas fases;~~

~~II — analisar os documentos, projetos e estudos ambientais apresentados para efeito de licenciamento;~~

~~III — realizar vistoria técnica, visando ao licenciamento ambiental, quando necessário;~~

~~IV — promover audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;~~

~~V — emitir relatórios e pareceres técnicos conclusivos;~~

~~VI — aplicar a legislação estadual ou federal, relativa ao meio ambiente, na análise do processo administrativo de licenciamento ambiental, controlando ou coibindo quaisquer atividades poluidoras ou de degradação ambiental;~~

~~VII — pesquisar, analisar e avaliar os impactos ambientais promovidos por quaisquer atividades poluidoras ou de degradação ambiental, exigindo medidas mitigadoras e compensatórias, de acordo com a legislação ambiental vigente;~~

~~VIII — manifestar-se acerca dos pedidos de licença, inclusive quando se tratar de renovação, dando-se a devida publicidade;~~

~~IX — promover, no âmbito do licenciamento, a preservação do meio ambiente, o combate às formas de poluição e a proteção da fauna e da flora;~~

~~X — integrar o Sistema de Prevenção e Controle de Poluição Ambiental, previsto no art. 131 da Constituição Estadual;~~

~~XI — coordenar as atividades relativas ao controle e à análise dos resíduos sólidos e líquidos, no âmbito de sua competência;~~

~~XII — realizar outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO IX **DA SUPERINTENDÊNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Art. 11. Compete à Superintendência de Unidades de Conservação:

~~I — promover a implantação, coordenação e acompanhamento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação — SEUC;~~

~~II — realizar estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidades de conservação estadual;~~

~~III — realizar a implantação e gestão das unidades de conservação estadual;~~

~~IV — buscar e propor parcerias com instituições públicas ou privadas para criação, implantação e gestão de unidades de conservação estadual;~~

~~V — coordenar a identificação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Estado de Goiás;~~

~~VI — propor medidas de manejo da conservação da biodiversidade nas áreas consideradas prioritárias, exceto naquelas pertencentes ao SEUC;~~

~~VII — propor, realizar, acompanhar e controlar a aplicação dos recursos financeiros provenientes de compensação ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental;~~

~~VIII — incentivar pesquisa científica objetivando a conservação da biodiversidade, o manejo de unidades de conservação e o manejo sustentável da fauna e flora, dentre outros;~~

~~IX — fiscalizar atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos naturais, bem como aquelas capazes de~~

causar qualquer tipo de degradação ambiental nas unidades de conservação estaduais abrangendo as suas zonas de amortecimento;

~~X — coordenar e controlar as atividades relativas a veículos náuticos colocados à disposição das unidades de conservação;~~

~~XI — coordenar atividades de manutenção e segurança das instalações das Unidades de Conservação;~~

~~XII — realizar outras atividades correlatas;~~

CAPÍTULO X **DA SUPERINTENDÊNCIA DE QUALIDADE AMBIENTAL**

Art. 12. Compete à Superintendência de Qualidade Ambiental:

~~I — programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à fiscalização, no que tange a ilícitos ambientais, visando proteger os bens ambientais de ações predatórias, além de promover a fiscalização em processos de licenciamento devidamente concluídos;~~

~~II — promover a fiscalização ambiental visando proteger os bens ambientais de ações predatórias, fazendo cumprir seu papel de polícia administrativa ambiental, inclusive quanto a sua missão de defensora e propugnadora dos interesses relativos à ordem jurídica e social, devendo ser acionada sempre que o interesse individual se sobrepujar ao da sociedade e em caso de infrações cometidas contra o meio ambiente;~~

~~III — realizar auditorias ambientais;~~

~~IV — elaborar laudos técnicos e pareceres de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, visando prestar informações em processos de posterior licenciamento, assim como de denúncias ou requerimentos;~~

~~V — desenvolver e realizar operações de controle aos ilícitos ambientais, zelando pelo sigilo das informações quando do planejamento e da execução de ações fiscalizatórias;~~

~~VI — fiscalizar a circulação de veículos com cargas perigosas e, caso necessário, aplicar as penalidades devidas;~~

~~VII — fiscalizar as diversas atividades que causem poluição ambiental e, em caso de constatação de infração administrativa ambiental, aplicar sanções legais, por meio da lavratura de Autos de Advertência, Infração e Inspeção, bem como Termos de Embargo/ Interdição/ Demolição e Apreensão/ Depósito;~~

~~VIII — fiscalizar as atividades utilizadoras de recursos naturais, no que tange a seu uso e exploração;~~

~~IX — fiscalizar as atividades já licenciadas, observando o cumprimento das condicionantes da licença ambiental e/ou outros termos de autorizações e licenças, em consonância com a legislação vigente;~~

~~X — realizar auditorias sempre que ocorrerem indícios de irregularidades sobre as condicionantes da licença ambiental concedida e para constatação de passivos ambientais;~~

~~XI — promover o efetivo atendimento a denúncias de degradação e alteração da qualidade do meio ambiente, no âmbito do Estado de Goiás;~~

~~XII — exercer fiscalização das atividades e dos empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar ambientalmente for de competência do Estado de Goiás;~~

~~XIII — planejar, orientar, coordenar e fazer executar, no âmbito de sua atuação, de acordo com as normas e orientações gerais e específicas, as ações fiscalizatórias executadas pelos servidores designados para execução das atividades de fiscalização ambiental ou sob seu comando direto, relativamente às unidades avançadas — postos de fiscalização;~~

~~XIV — realizar o monitoramento da qualidade dos recursos naturais;~~

~~XV — auxiliar na elaboração e alimentar o sistema de monitoramento e de informações, bem como estabelecer critérios para a gestão do uso dos recursos naturais;~~

~~XVI — alimentar o Sistema de Informações Geográficas (SIG), composto por hardware, software, dados espaciais e técnicas computacionais que proporcionem integração entre o elemento espacial e um banco de dados, para agilizar análise, gerenciamento e apresentação de questões geográficas e alterações que nela ocorrem, para atender a demandas internas e infrainstitucionais;~~

~~XVII — estabelecer um conjunto de procedimentos, técnicas e metodologias de aquisição, armazenamento, processamento, manipulação e apresentação de informações espaciais (georreferenciadas);~~

~~XVIII — proceder ao controle e acompanhamento de produção, estocagem, transporte, comercialização e utilização de produtos potencialmente poluidores;~~

~~XIX — coordenar e controlar as atividades relativas a veículos náuticos colocados à disposição dos postos de fiscalização;~~

~~XX — coordenar atividades de manutenção e segurança das instalações dos Postos de Fiscalização;~~

~~XXI — realizar outras atividades correlatas;~~

TÍTULO IV **DAS ATRIBUIÇÕES DOS PRINCIPAIS DIRIGENTES**

CAPÍTULO I **DO SECRETÁRIO**

~~Art. 13. São atribuições do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos:-~~

- ~~I—auxiliar o Governador do Estado no exercício da direção superior da administração estadual;-~~
- ~~II—exercer a administração do Órgão, praticando todos os atos necessários ao exercício dessa administração na área de sua competência, notadamente os relacionados com a orientação, coordenação e supervisão das atividades a cargo das unidades administrativas integrantes da Pasta;~~
- ~~III—participar da formulação das políticas estaduais do meio ambiente e de recursos hídricos, da proteção dos ecossistemas, da flora e da fauna, bem como promover a sua execução;~~
- ~~IV—praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas pelo Governador do Estado;-~~
- ~~V—expedir resoluções, portarias, instruções e outros atos normativos necessários à boa execução de leis, decretos e regulamentos;~~
- ~~VI—prestar, pessoalmente ou por escrito, à Assembléia Legislativa ou a qualquer de suas comissões, quando convocado e na forma da convocação, informações sobre assunto previamente determinado;~~
- ~~VII—propor ao Governador, anualmente, o orçamento de sua Pasta;-~~
- ~~VIII—delegar suas próprias atribuições por ato expresso aos seus subordinados, observados os limites estabelecidos em lei e atos regulamentares;~~
- ~~IX—referendar as leis sancionadas pelo Governador e os decretos por ele assinados, que disserem respeito a sua Pasta;-~~
- ~~X—julgar em última instância os recursos de infração ambiental;-~~
- ~~XI—presidir o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos (CERHI) e o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAM);-~~
- ~~XII—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Governador.~~

CAPÍTULO II **DO SUPERINTENDENTE EXECUTIVO**

~~Art. 14. São atribuições do Superintendente Executivo:-~~

- ~~I—assistir o Secretário na definição de diretrizes e implementação das ações da área de competência da Secretaria;~~
- ~~II—acompanhar a execução, no âmbito da Secretaria, dos planos e programas, avaliando e controlando os seus resultados;~~
- ~~III—estudar e avaliar, permanentemente, o custo-benefício de projetos e atividades da Secretaria;~~
- ~~IV—promover o alinhamento das Superintendências na elaboração de planos, programas e projetos pertinentes à área de atuação da Secretaria;~~
- ~~V—promover a articulação das unidades administrativas básicas da Secretaria, de forma a obter um fluxo contínuo de informações, facilitando a coordenação e o processo de tomada de decisões;~~
- ~~VI—promover articulações, visando à implementação da agenda ambiental e à identificação de mecanismos de articulação específicos das políticas públicas de meio ambiente e de recursos hídricos;~~
- ~~VII—articular e acompanhar o processo de captação dos recursos de fontes internacionais e estrangeiras de interesse da Secretaria;~~
- ~~VIII—articular e acompanhar os programas de financiamento de organismos internacionais e estrangeiros, a implementação dos acordos internacionais e a execução dos convênios e projetos de cooperação técnica nacional e internacional, no âmbito da SEMARH;~~
- ~~IX—supervisionar e acompanhar o cumprimento das metas previstas nos Acordos de Resultados firmados pelo Governo e a Secretaria;~~
- ~~X—exercer as atividades de Secretário Executivo do CEMAM, prestando-lhe apoio técnico-operacional;-~~
- ~~XI—exercer a função de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), prestando-lhe apoio técnico-operacional;~~
- ~~XII—despachar com o Secretário;-~~
- ~~XIII—substituir o Secretário em suas faltas e impedimentos;~~
- ~~XIV—praticar os atos administrativos de competência do Secretário, por delegação dele;-~~
- ~~XV—delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário, observados os limites estabelecidos em lei e atos regulamentares.~~
- ~~XVI—submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;-~~
- ~~XVII—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo~~

CAPÍTULO III **DO CHEFE DE GABINETE**

Art. 15. São atribuições do Chefe de Gabinete:

- ~~I — responsabilizar-se pela qualidade e eficiência das atividades de atendimento direto ao Secretário;~~
- ~~II — responsabilizar-se pelas atividades de relações públicas referentes aos assuntos políticos e sociais da Pasta;~~
- ~~III — assistir o Secretário nas representações política e social;~~
- ~~IV — despachar diretamente com o Secretário;~~
- ~~V — submeter à apreciação do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~
- ~~VI — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~
- ~~VII — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo~~

Secretário-

CAPÍTULO IV **DO CHEFE DA ADVOCACIA SETORIAL**

Art. 16. São atribuições do Chefe da Advocacia Setorial:

- ~~I — orientar e coordenar o seu funcionamento;~~
- ~~II — distribuir aos auxiliares os processos sobre matéria administrativa e judicial que lhe forem encaminhados;~~
- ~~III — emitir parecer cujo conteúdo deve ser submetido à apreciação do Procurador Geral do Estado;~~
- ~~IV — prestar ao Titular da Pasta e ao Procurador Geral do Estado informações e esclarecimentos sobre matérias que lhe forem submetidas, propondo as providências que julgar convenientes;~~
- ~~V — despachar com o Secretário;~~
- ~~VI — submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam à sua competência;~~
- ~~VII — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~
- ~~VIII — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo~~

Secretário-

Parágrafo único. As Advocacias Setoriais poderão solicitar, sempre que haja necessidade de serviço e interesse público que o justifique, a prestação, por qualquer outra unidade de Advocacia Setorial e/ou Procuradorias Especializadas, de auxílio no desempenho das próprias atividades, cabendo a decisão final ao Procurador Geral do Estado.

CAPÍTULO V **DO CHEFE DA COMUNICAÇÃO SETORIAL**

Art. 17. São atribuições do Chefe da Comunicação Setorial:

- ~~I — assistir o Titular da Pasta no relacionamento com os órgãos de comunicação;~~
- ~~II — acompanhar a posição da mídia com respeito ao campo de atuação da Secretaria, preparando "releases", "clippings" e cartas à imprensa;~~
- ~~III — colaborar com as áreas da Secretaria em assuntos relativos à manutenção de relações com órgãos públicos e privados de interesse da Pasta;~~
- ~~IV — criar e manter canais de comunicação com a mídia e a sociedade;~~
- ~~V — criar e manter canais de comunicação interna dinâmicos e efetivos;~~
- ~~VI — elaborar material informativo, reportagens e artigos para divulgação interna e externa;~~
- ~~VII — elaborar, produzir e padronizar material visual de suporte às atividades internas e externas da Secretaria, obedecidas as diretrizes do Governo do Estado;~~
- ~~VIII — criar e gerir o sítio da Secretaria (internet) colocando à disposição da sociedade informações atualizadas pertinentes ao campo funcional e à atuação da Pasta, dentro de padrões de qualidade, confiabilidade, segurança e integridade;~~
- ~~IX — articular as atividades de comunicação da Secretaria e de suas entidades vinculadas com as diretrizes de comunicação do Governo do Estado;~~
- ~~X — gerir os canais de comunicação com a sociedade;~~
- ~~XI — viabilizar a interação e articulação interna, propiciando uma comunicação eficiente e eficaz entre as diversas unidades da Secretaria;~~

- ~~XII—delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~
- ~~XIII—despachar diretamente com o Secretário;~~
- ~~XIV—submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~
- ~~XV—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO VI

DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Art. 18. São atribuições do Superintendente de Gestão, Planejamento e Finanças:

- ~~I—exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa, no âmbito de sua atuação;~~
- ~~II—supervisionar, coordenar e acompanhar as atividades de gestão de pessoas, da tecnologia da informação, do patrimônio, a execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, os serviços administrativos, o planejamento, bem como dar suporte operacional para as demais atividades;~~
- ~~III—coordenar as atividades do Vapt-Vupt Ambiental, conforme o padrão estabelecido pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento;~~
- ~~IV—promover e garantir os recursos materiais e serviços necessários ao perfeito funcionamento da Secretaria;~~
- ~~V—coordenar a formulação dos planos estratégicos e do Plano Plurianual (PPA), como também a proposta orçamentária, o acompanhamento e avaliação dos resultados da Pasta;~~
- ~~VI—garantir a atualização permanente dos sistemas e relatórios de informações governamentais, em consonância com as diretrizes dos órgãos de orientação e controle;~~
- ~~VII—supervisionar e acompanhar a execução da política de gestão de pessoas da Pasta;~~
- ~~VIII—colaborar e acompanhar os processos licitatórios e a gestão dos contratos, convênios e demais ajustes firmados pela Secretaria;~~
- ~~IX—coordenar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão;~~
- ~~X—supervisionar e acompanhar o processo de modernização institucional e melhoria contínua das atividades do Órgão;~~
- ~~XI—coordenar as atividades referentes a cobrança de multas e taxas;~~
- ~~XII—avaliar o desempenho da arrecadação da SEMARH;~~
- ~~XIII—supervisionar e acompanhar as atividades relativas à Tecnologia da Informação;~~
- ~~XIV—acompanhar os resultados financeiros do fundo ligado à Pasta;~~
- ~~XV—delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~
- ~~XVI—submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~
- ~~XVII—despachar diretamente com o Secretário;~~
- ~~-XVIII—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO VII

DO SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 19. São atribuições do Superintendente de Recursos Hídricos:

- ~~I—exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;~~
- ~~II—dirigir a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos;~~
- ~~III—desenvolver, em cooperação com órgãos e entidades encarregados de estabelecer a Política Estadual de Recursos Hídricos, as funções técnicas e administrativas necessárias à utilização racional dos recursos hídricos das bacias hidrográficas do Estado, objetivando seu aproveitamento múltiplo, racional e integrado;~~
- ~~IV—coordenar a elaboração dos programas parciais, anuais e plurianuais relacionados aos recursos hídricos;~~
- ~~V—programar e controlar a implementação da política estadual de recursos hídricos;~~
- ~~VI—promover e coordenar levantamento, análise e processamento de dados hidrológicos;~~
- ~~VII—coordenar os trabalhos de avaliação, cadastramento e supervisão do aproveitamento múltiplo e integrado dos recursos hídricos do Estado;~~

~~VIII—cumprir e fazer cumprir a legislação referente a recursos hídricos de domínio estadual;-~~

~~IX— analisar e preparar pareceres conclusivos quanto a processos relativos a direito de uso de recursos hídricos sob domínio do Estado, seja captação ou lançamento em efluente;~~

~~X—promover, respeitando a área da competência de outros órgãos ou entidades, o controle dos aspectos quantitativos e qualitativos do uso de águas superficiais e subterrâneas sob domínio estadual;~~

~~XI—dirigir o funcionamento do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos de maneira a torná-lo eficaz no cumprimento de seu objetivo;~~

~~XII—promover estudos referentes a uso de recursos hídricos sob domínio do Estado de Goiás;-~~

~~XIII—coordenar as atividades relativas à concessão de outorga, no âmbito de sua competência;-~~

~~XIV—coordenar as ações para a criação e implementação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos de Goiás—FERHGO;-~~

~~XV—submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;-~~

~~XVI—delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;-~~

~~XVII—despachar diretamente com o Secretário;-~~

~~XVIII—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO VIII

DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

~~Art. 20. São atribuições do Superintendente de Gestão e Proteção Ambiental:-~~

~~I—exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;~~

~~II—administrar e coordenar as atividades do Cadastro Ambiental Rural—CAR;~~

~~III—planejar, programar, coordenar, analisar e avaliar as atividades pertinentes à política de gestão e proteção dos recursos ambientais e de controle da poluição, na esfera da competência da Superintendência, observando a legislação pertinente;~~

~~IV—coordenar projetos visando ao desenvolvimento de formatos ambientalmente sustentáveis de produção econômica;-~~

~~V—articular-se com o setor industrial para o desenvolvimento de ações voltadas a uma produção industrial mais limpa;-~~

~~VI—manter contatos com dirigentes de instituições públicas e privadas, visando à integração de ações que contribuam para uma melhor qualidade ambiental no Estado;~~

~~VII—coordenar a implantação de programas de parceria com os municípios, visando à integração com todos os segmentos civis organizados;~~

~~VIII—coordenar a implantação e manutenção da Bolsa de Resíduos Industriais e de sistemas de certificação ambiental;~~

~~IX—participar da elaboração das diretrizes políticas voltadas para o setor ambiental, bem como da formulação de planos, programas e projetos que auxiliem no alcance dos objetivos específicos da Secretaria;~~

~~X—analisar e preparar pareceres conclusivos quanto aos processos relacionados à Política Estadual de Educação Ambiental;~~

~~XI—responsabilizar-se pela participação na elaboração do zoneamento ecológico-econômico do Estado;-~~

~~XII—supervisionar o mapeamento, inventário e monitoramento da cobertura vegetal e fauna silvestre;-~~

~~XIII—responsabilizar-se pelas ações de proteção da fauna e da flora do Estado de Goiás;-~~

~~XIV—analisar e preparar pareceres conclusivos sobre a viabilidade da participação da SEMARH em atividades desenvolvidas por outras instituições;~~

~~XV—submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;-~~

~~XVI—delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;-~~

~~XVII—despachar diretamente com o Secretário;-~~

~~XVIII—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO IX

DO SUPERINTENDENTE DE LICENÇA AMBIENTAL

~~Art. 21. São atribuições do Superintendente de Licença Ambiental:-~~

~~I—exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo~~

~~cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;~~

~~II — planejar e coordenar análise ambiental, avaliação de impactos ambientais, bem como atividades relativas ao controle da poluição e degradação ambiental e ao uso do solo, no âmbito do Estado de Goiás;~~

~~III — instruir e articular os processos de licenciamento de atividades e empreendimentos, consideradas efetiva e potencialmente, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, conforme as leis ambientais;~~

~~IV — manifestar-se nos processos de licenciamento e autorização de atividades e empreendimentos efetivamente ou potencialmente poluidores, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;~~

~~V — definir a agenda e demais aspectos relacionados com as audiências públicas relativas a licenciamento dos empreendimentos e das atividades para os quais foram exigidos apresentação do Estudo de Impacto Ambiental — EIA —, respectivo Relatório de Impacto Ambiental — RIMA e Estudos Integrados de Bacia Hidrográficas — EIBH;~~

~~VI — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~

~~VII — submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~VIII — elaborar, participar e propor políticas relativas ao controle da poluição, à avaliação de impactos ambientais, ao controle e à análise dos resíduos sólidos e líquidos;~~

~~IX — despachar diretamente com o Secretário;~~

~~X — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhes forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO X

DO SUPERINTENDENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

~~Art. 22. São atribuições do Superintendente de Unidades de Conservação:~~

~~I — exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;~~

~~II — dirigir a implantação, coordenação e o controle do Sistema Estadual de Unidades de Conservação — SEUC;~~

~~III — propor a criação de unidades de conservação estaduais;~~

~~IV — promover a implantação e gestão das Unidades de Conservação estaduais;~~

~~V — estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação;~~

~~VI — coordenar a identificação e propor medidas de manejo das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Estado de Goiás;~~

~~VII — dirigir a aplicação dos recursos financeiros provenientes de compensação ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental;~~

~~VIII — incentivar a pesquisa científica objetivando a conservação da biodiversidade, o manejo de unidades de conservação e o manejo sustentável da fauna e flora, dentre outros;~~

~~IX — manifestar-se nos processos de licenciamento e autorização de atividades e empreendimentos efetivamente ou potencialmente poluidores, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, nas Unidades de Conservação estaduais e/ou suas zonas de amortecimento;~~

~~X — coordenar os trabalhos de avaliação, cadastramento e supervisão do aproveitamento múltiplo e integrado dos recursos naturais das unidades de conservação;~~

~~XI — promover a execução das atividades de manutenção e vigilância das instalações das Unidades de Conservação;~~

~~XII — submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~XIII — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~

~~XIV — despachar diretamente com o Secretário;~~

~~XV — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO XI

DO SUPERINTENDENTE DE QUALIDADE AMBIENTAL

~~Art. 23. São atribuições do Superintendente de Qualidade Ambiental:~~

~~I — exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;~~

~~II — garantir a fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras dos recursos naturais do Estado de Goiás;~~

~~III — coordenar ações que objetivem a elaboração e execução do Plano Anual de Fiscalização, bem como, no âmbito de sua competência, aquelas que estimulem a utilização racional dos recursos ambientais do Estado;~~

~~IV — coordenar ações que visem à fiscalização quanto à inscrição no Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais;~~

~~V — coordenar as ações de fiscalização e auditoria ambientais;~~

~~VI — promover a coordenação e supervisão das atividades de preservação, conservação, pesquisa e uso sustentável da biodiversidade, no Estado de Goiás;~~

~~VII — promover a execução das atividades de prevenção e controle de incêndios florestais, exceto nas unidades de conservação administradas pelo Estado de Goiás;~~

~~VIII — coordenar a execução de ações de emergência e segurança ambiental;~~

~~IX — promover a execução das atividades de manutenção e vigilância dos postos de fiscalização da Pasta;~~

~~X — promover o monitoramento da qualidade da água, do ar e dos demais recursos ambientais do Estado de Goiás;~~

~~XI — submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~XII — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~

~~XIII — coordenar as atividades técnicas relativas ao controle da poluição, avaliação de impactos ambientais e ao de análise dos resíduos sólidos e líquidos;~~

~~XIV — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário;~~

~~XV — despachar diretamente com o Secretário.~~

TÍTULO V **DA GESTÃO ESTRATÉGICA**

~~Art. 24. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos atuará conforme as diretrizes estabelecidas na agenda estratégica governamental, seguindo os princípios da gestão por resultados.~~

~~Art. 25. A gestão deverá pautar-se pela inovação, dinamismo e empreendedorismo, suportada por ações proativas e decisões tempestivas, focada em resultados, na satisfação dos clientes-cidadãos e na correta aplicação dos recursos públicos.~~

~~Art. 26. As ações decorrentes das atividades da Secretaria deverão ser sinérgicas com a missão institucional e ensejar agregação de valor.~~

TÍTULO VI **DISPOSIÇÃO FINAL**

~~Art. 27. Serão fixadas em Regimento Interno, pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, as competências e as atribuições dos dirigentes das unidades administrativas complementares integrantes da estrutura organizacional, após apreciação técnica da Secretaria de Gestão e Planejamento, conforme o disposto no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.~~

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 13-11-2014.

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgãos Relacionados	Conselho Estadual do Meio Ambiente Conselho Estadual dos Recursos Hídricos Procuradoria-Geral do Estado - PGE Secretaria de Estado da Administração - SEAD Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Categorias	Regulamentos e estatutos Meio ambiente Infrações e penalidades administrativas